



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº 20 | JUNHO 2021 >>>



Foto: Arquivo / Idesam

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

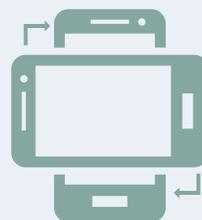
Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Funai pede “complementações, ajustes e revisões” em Estudos de Componente Indígena apresentado pelo Dnit para obras na BR-319

9 Interior em Foco

- Capacitação em manejo florestal mobiliza comunitários na RDS Igapó-Açu

11 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

18 Ciência

- “A legislação, no papel, não evita o desmatamento na Amazônia”

20 Aniversário

- Quatro anos de trabalho por uma BR-319 com governança, justa e transparente

23 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Neste mês de julho, chegamos a quatro anos de existência, isso quer dizer que já temos, pelo menos, 1.460 dias de trabalho conjunto entre as organizações membro e parceiros, como a Fundação Getúlio Vargas e a Casa do Rio. Esse trabalho, hoje, alcança 13 municípios na área de abrangência da rodovia BR-319, além de 41 Unidades de Conservação e 69 Terras Indígenas, onde vivem, pelo menos 18 povos, já contando com os isolados.

Por tudo isso, é com satisfação que anuncio a adesão da Transparência Internacional Brasil ao Observatório BR-319, que vem reforçar o nosso compromisso de informar, com qualidade e consistência, sobre o que acontece de mais importante na rodovia. A organização vem somar com a sua expertise em mobilização da sociedade civil, produção de conhecimento, conscientização e comprometimento de empresas e governos com as melhores práticas globais de transparência e integridade. Esta é uma das novidades que 2021 nos traz. Em breve, teremos mais.

Sobre a 20ª edição do Informativo, trazemos com exclusividade a manifestação da Funai sobre o Estudo de Componente Indígena apresentado pelo Dnit. Tivemos o cuidado de apresentar aos nossos leitores todos os documentos desta mani-

festação, para que vocês possam ler, tirar dúvidas e se manter esclarecidos sobre o andamento do processo. Além disso, não podíamos deixar de falar sobre a tramitação do PL 490, que coloca em risco povos indígenas de todo o Brasil. Este é mais um retrocesso do governo do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) que teremos que enfrentar e combater.

A edição traz, ainda, na seção Ciência, um comentário do pesquisador do Inpe, Guilherme Mataveli, sobre desmatamento na Amazônia. Ele acabou de publicar o estudo *The emergence of a new deforestation hotspot in Amazonia*, que fala sobre a BR-319.

Por fim, não deixe de prestigiar o nosso especial de aniversário; os monitoramentos de Covid-19, desmatamento e queimadas; além, claro, o Minuto BR, que tem informações sobre a audiência realizada na Câmara Federal sobre as obras na estrada.

Boa leitura!

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês





Funai pede “complementações, ajustes e revisões” em Estudos de Componente Indígena apresentado pelo Dnit para obras na BR-319

A Fundação Nacional do Índio (Funai) solicitou sete alterações no Estudo de Componente Indígena (ECI) da BR-319 entregue pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

O levantamento diz respeito a cinco Terras Indígenas dos povos Parintintin, Mura e Apurinã, as quais já possuem relatórios. Os pedidos feitos pelo órgão indigenista constam no despacho datado de 09 de junho de 2021 sobre a Informação Técnica nº 294/2020, o Despacho COTRAM 2997253 e o Despacho CGLIC/DPDS 3161200, aos quais o Observatório BR-319 teve acesso.

A secretária-executiva do Observatório BR-319, Fernan-



ECI busca resguardar direitos de indígenas moradores da BR-319.

Foto: Samara Souza / WWF-Brasil

da Meirelles, avalia que ainda existe um longo caminho pela frente até que se chegue a um denominador comum entre as obras da rodovia e o que é melhor para as populações que habitam a região. “É bastante positivo que a Funai finalmente

tenha se manifestado sobre o componente indígena, mas a área de abrangência da rodovia é o lar de, pelo menos, 18 povos, todos eles precisam ser ouvidos e considerados nesse processo”, destaca Meirelles. “Vamos continuar acompanhando e aguardando ansiosamente o progresso do processo de imunização no estado do Amazonas, pois só assim serão realizadas audiências públicas, reuniões, visitas e todas as atividades que possibilitem o avanço da consulta de acordo com o que determina a Convenção 169 da OIT”.

Em seis páginas, a Funai pede: esclarecimentos relacionados às soluções de engenharia projetadas para transposição de cursos d’água; matriz de impactos, medidas e programas de mitigação e controle; identificação/avaliação de impactos cumulativos de outros empreendimentos – em especial a rodovia AM-366, na avaliação do Relatório Apurinã; modelo de governança sobre os impactos indiretos associados ao empreendimento (ocupação territorial irregular, desmatamento, atividades ilegais) e questionamentos acerca da capacidade dos municípios para recebimento de fluxo migratório e de ordenamento da expansão da ocupação territorial; regularização fundiária de áreas tradicionalmente ocupadas pelo povo Mura; ampliação da avaliação de viabilidade para todo o traçado da BR-319, entre Manaus (AM) e Porto Velho (RO); e inclusão da TI Ipxuna, do povo Parintintin, e das comuni-

dades Montes Claros, Bom que Dói, São Carlos, Traíra, Igarapé Grande e Guaíba, do povo Mura, no CI-EIA.

As observações da Funai são parecidas com as que foram feitas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em fevereiro. As diferenças estão no tocante aos povos indígenas. Uma delas, em especial, é sobre a inclusão da TI Ipixuna. Segundo a Funai, ambientalmente e sociologicamente, este território não deve ser tratado como uma unidade administrativa separada da TI Nove de Janeiro, também habitada por indígenas Parintintin, e com relações socioculturais intermitentes e intensas entre os moradores. “O que afeta uma TI e seus moradores afetam igualmente e na mesma medida a outra. Os dados levantados confirmam que se trata de uma situação excepcional face a especificidades da territorialidade Parintintin.

A IT nº 294 é um dos documentos que subsidia a Funai com informações técnicas sobre o processo de licenciamento ambiental da rodovia BR-319. Ele existe em função dos impactos socioambientais e culturais aos povos e Terras Indígenas que serão afetados pelas obras. Ela se refere às TIs Apurinã do Igarapé Tauamirim e Apurinã do Igarapé São João, da etnia Apurinã; Nove de Janeiro, da etnia Parintintin; Ariramba e Lago Capanã, da etnia Mura.

O ECI, assim como o EIA/RIMA, avalia o impacto ambiental na área prevista pelo Artigo 7º da [Portaria Interministerial nº 60/2015](#) e ao Artigo 8º da [Instrução Normativa Funai nº 02/2015](#), que preveem como áreas impactadas apenas aquelas a 40 quilômetros de distância da borda da rodovia.



Foto: Arquivo / Ibama

HISTÓRICO

O primeiro Termo de Referência Específico (TRE) para o ECI da BR-319 foi emitido pela Funai em setembro de 2007 incluindo as Terras Indígenas Lago do Barrigudo, Cunhã-Sapucaia, Lago Capanã, Ariramba e Apurinã do Igarapé Tauamirim. Em 2009, a Funai disse não haver impedimento para a emissão da Licença Prévia para as obras na rodovia, mas ressaltou que, para concluir a avaliação que lhe competia, ainda seriam realizadas reuniões com as comunidades indígenas para apresentação do estudo socioambiental realizado nas TIs situadas na área de influência direta e indireta do empreendimento. No entanto, como o Ibama indeferiu o EIA/RIMA apresentado pelo Dnit em 2011. Então, a Funai emitiu um novo TRE para o ECI, prevendo a necessidade de estudos em 47 TIs. Em 2015, já no âmbito do novo EIA/RIMA, a Funai emitiu mais um TRE para o ECI do km 250 ao km 655,70 da rodovia, que contemplava cinco Terras Indígenas: Lago Capanã, Nove de Janeiro, Ariramba, Apurinã do Igarapé Tauamirim, Apurinã do Igarapé São João e Ipixuna.

Porém, após solicitação do Dnit, a TI Ipixuna foi retirada com a justificativa de estar localizada a mais de 40 km da rodovia. Apesar de estarem ainda mais distantes, as Terras Indígenas Apurinã do Igarapé Tauamirim (43,2 km) e Apurinã do Igarapé São João (77,1 km) foram mantidas no ECI pela possibilidade de



serem cortadas pela rodovia estadual planejada AM-366, cuja implantação pode vir a se concretizar com a pavimentação da BR-319.

O Observatório BR-319 procurou o Dnit para saber os prazos de resposta e do andamento dos demais estudos. O órgão informou que, as alterações solicitadas estão previstas para serem entregues em 40 dias. “Com relação a realização dos estudos de outras etnias, informamos que não há previsão de re-realização, visto que a Funai definiu que o ECI da BR-319, Trecho do Meio, contempla 05 terras indígenas no entorno da rodovia, quais sejam: TI Apurinã do Igarapé São João e TI Apurinã do Igarapé Tauamirim (etnia Apurainã); TI Lago Capanã e TI Ariramba (etnia Mura); e TI Nove de Janeiro (etnia Parintintin), que já foram devidamente estudadas no referido ECI”, disse a assessoria do Dnit por e-mail.

BOIADA EM TERRAS INDÍGENAS

No último dia 23 de junho, os deputados federais da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovaram, por 40 votos a 21, o **Projeto de Lei 490/2007**, que coloca em risco povos indígenas de todo o Brasil, pois abre as TIs para atividades econômicas ligadas ao agronegócio, turismo, mineração (incluindo celebração de contratos com não indígenas), e até



Foto: Arquivo / Idesam

O ECI é uma das análises mais importantes para intervenções na BR-319.

para a construção de hidrelétricas. Além disso, ele inviabiliza as demarcações de territórios.

A sessão da CCJC foi marcada por tensão, dentro e fora do recinto. Do lado de fora, indígenas eram impedidos pela Polícia Militar de entrarem no prédio da Câmara para acompanhar a votação. O forte esquema de segurança para evitar protestos resultou em violência, com dois indígenas e um policial feridos. Do lado de dentro, a presidente da comissão, e aliada do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), Bia Kicis (PSL-DF), impediu a única parlamentar indígena no país, a deputada Joênia Wapichana (Rede-RR), de falar. **Assista ao vídeo.**

O projeto também prevê a criação de um marco temporal que impacta a criação de TIs, pois determina que os indígenas só podem reivindicar territórios que eles já habitavam no dia 05 de outubro de 1988, data em que entrou em vigor a Constituição Brasileira.

LEIA MAIS

- » Entenda o PL 490, projeto de lei que altera a demarcação de terras indígenas.



Interior em Foco

Capacitação sobre manejo florestal na RDS Igapó-Açu.

Capacitação em manejo florestal mobiliza comunitários na RDS Igapó-Açu

Cerca de 30 moradores da comunidade São Sebastião, localizada na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Igapó-Açu, participaram do curso de “Gestão Florestal” promovido pelo Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (**Idesam**). A formação teve o objetivo capacitá-los para a produção madeireira comunitária com o uso de tecnologias florestais.

A atividade contemplou três objetivos: organização para o manejo florestal comunitário; estruturação da cadeia de produtos florestais não madeireiros; e, por fim, lançar as bases para a criação de um empreendimento de movelaria em parceria com a **Casa do Rio**. “Procuramos apoiar a defesa do território das populações tradicionais que vivem no local e desenvolver atividades de ganhos financeiros, com uma produção licenciada. A ideia do projeto é possibilitar tanto governança quanto sustentabilidade”, conta o coordenador técnico do Idesam, Marcus Biazatti.



Moradores da RDS Igapó-Açu participaram do curso.

A comunidade já realiza a produção de matérias-primas não madeireiras, como castanha, açai, buriti, patauá, bacaba, cupuaçu, pupunha, banana e tucumã. Também foi observado potencial para produzir copaíba, andiroba, babaçu, breu, murumuru, dendê, cumaru, cipó-titica e cipó-ambé, mas sem relatos de que sejam comercializados pelos moradores.



Fotos: Divulgação / Idesam

A RDS Igapó-Açu, localizada no km 260 da BR-319, no município de Careiro, é uma das mais vulneráveis no processo de licenciamento para reconstrução da rodovia. Um trecho dela é cortada pelo rio de mesmo nome onde veículos que atravessam a estrada fazem a travessia de balsa. Se as obras forem executadas conforme o previsto, uma parte da Unidade de Conservação (UC) deve ser desapropriada.

“A maioria das famílias do local vivem em situação de vulnerabilidade social, que pode ser agravada com o avanço das obras da rodovia. Por isso, é importante que elas se apropriem de todas as tecnologias e conhecimentos sobre a exploração sustentável da floresta, para que possam fazer uso delas em diversas circunstâncias”, explica Biazatti.

Para próxima etapa do projeto, o Idesam está programando um curso de boas práticas extrativistas para a produção de copaíba na RDS.



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19



Monitoramento de Focos de Calor

Os dados de maio de 2021 dão fortes indícios da chegada da estação seca na região amazônica com o aumento no número de focos de calor.

Nesse mês, a Amazônia Legal, o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento no número de focos de calor em relação a maio de 2020. Os números foram de 49%, 200%, 57% e 200%, respectivamente. Além disso, atingiram recordes para o mês de maio, considerando a série histórica (2010-2021), com 2.679, 45, 91 e 48 focos de calor.

Quatro municípios sob influência da BR-319 bateram recorde de focos de calor para o período dos últimos 12 anos: o líder do ranking, Porto Velho, seguido de Manicoré, Careiro e Manaquiri. Manaus e Beruri são únicos que não tiveram registros de focos de calor no mês de maio considerando toda série histórica.



NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MAIO (2010 A 2021)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MAIO DE 2020

AUMENTOU

- Autazes (200%)
- Borba (de 0 para 1)
- Careiro (de 0 para 6)
- Careiro da Várzea (100%)
- Manaquiri (de 0 para 2)
- Manicoré (600%)
- Porto Velho (167%)

DIMINUIU

- Canutama (100%)
- Lábrea (75%)

FOCOS DE CALOR ZERO EM MAIO/2021

- Beruri
- Canutama
- Humaitá
- Manaus
- Tapauá



ÁREAS PROTEGIDAS

Quatro Áreas Protegidas monitoradas pelo Observatório BR-319 apresentaram focos de calor em maio de 2021: as Unidades de Conservação (UC) Parque Nacional (Parna) dos Campos Amazônicos (9 focos) a Floresta Nacional (Flona) do Bom Futuro (1 foco); e as Terras Indígenas (TI) Tenharim/Marmelos (2 focos) e Trincheira (1 foco), ambas apresentando os primeiros registros de focos de calor para o mês de maio dos últimos 12 anos.

Um importante destaque do mês é o Parna dos Campos Amazônicos, UC pertencente ao grupo de Proteção Integral, e que foi o local de detecção de 64% de todos os focos de calor registrados para o município de Manicoré.

3%

DAS 69 TERRAS
INDÍGENAS (TIs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR

5%

DAS 41 UNIDADES DE
CONSERVAÇÃO (UCs)
APRESENTARAM
FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs
MONITORADAS

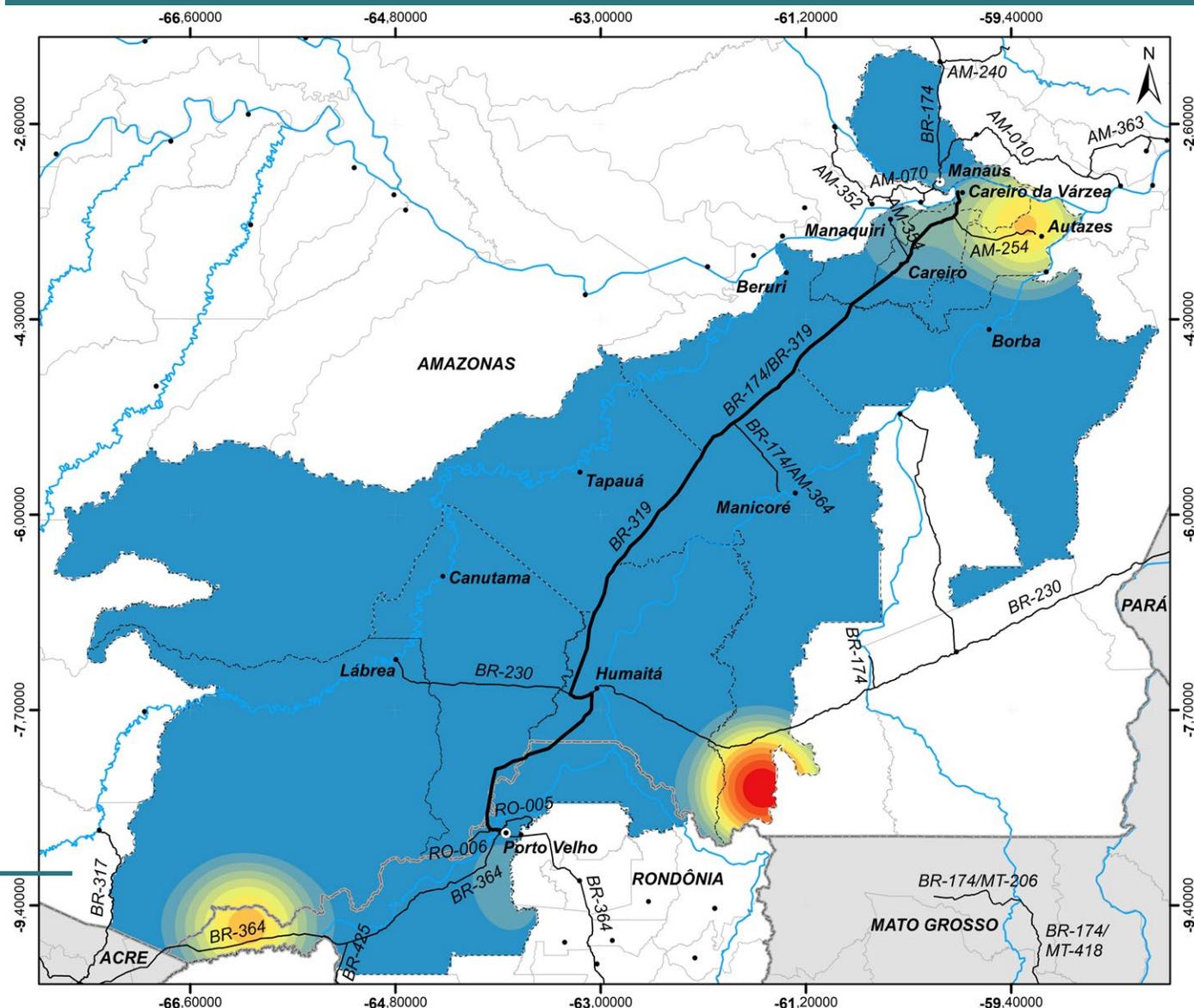


LISTA DE UCs
MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Maio 2021



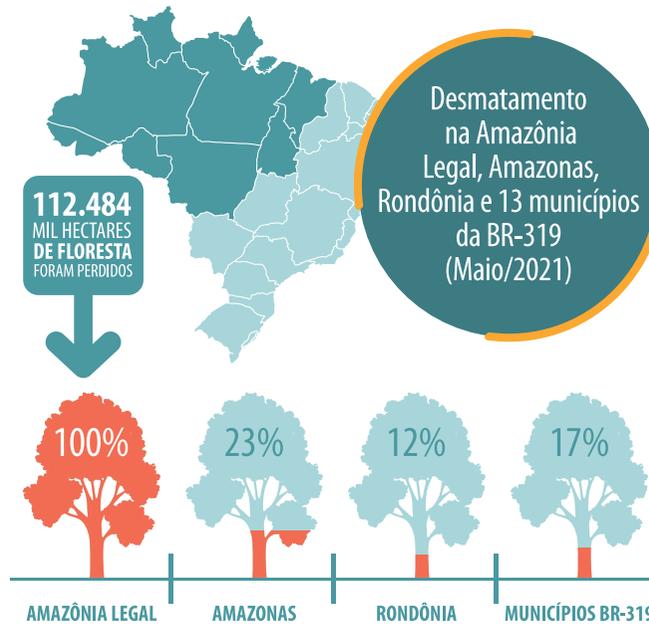


Monitoramento de Desmatamento

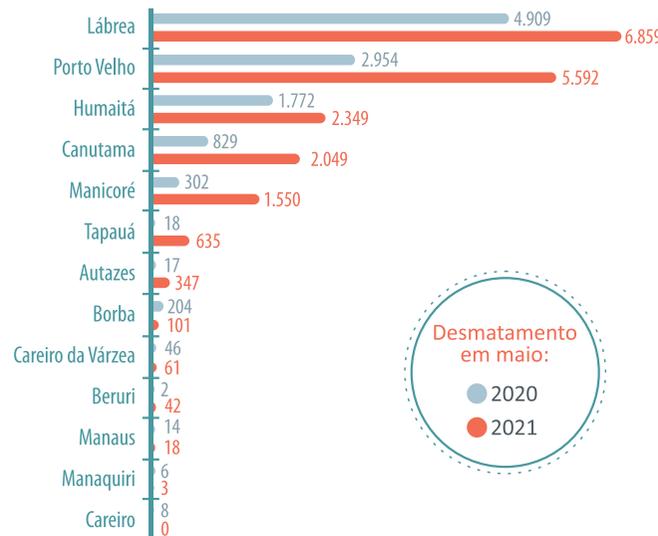
Seguindo a tendência do mês anterior, maio de 2021 foi um mês de vários recordes de desmatamento nas regiões monitoradas pelo OBR-319.

Tanto a Amazônia Legal, como o estado do Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram aumento do desmatamento em relação a maio de 2020. Os números foram de 70%, 61%, 101% e 77% respectivamente. Os valores foram os maiores dos últimos 12 anos. O Amazonas foi o 2º estado que mais contribuiu com o desmatamento na Amazônia Legal nesse mês (23%) e Rondônia o 4º (12%).

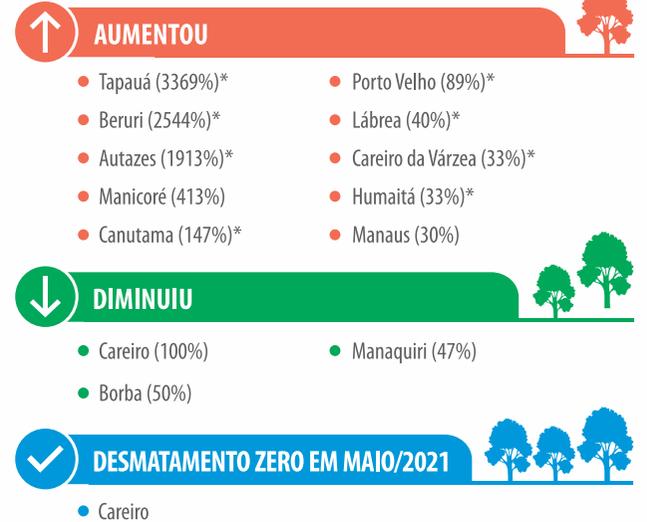
Lábrea foi o líder de desmatamento entre os municípios da BR-319 em maio e, com Porto Velho (RO), figurou entre os 10 que mais desmataram entre todos da Amazônia Legal. Os dois ficaram, respectivamente, em 2º e 5º lugares no ranking. Dez municípios da BR-319 apresentaram aumento no desmatamento em relação a maio 2020, e oito deles, bateram recorde da série histórica (ver municípios com asterisco na tabela). Os destaques do mês são Tapauá, que apresentou um aumento de 3.369% em relação ao ano anterior; e Careiro, que apresentou desmatamento zero.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319

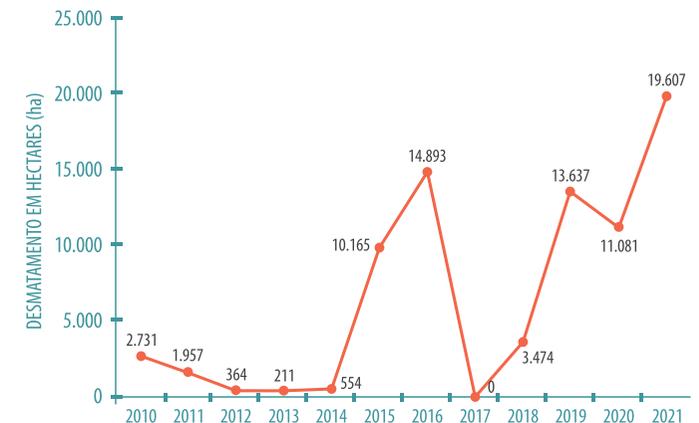


COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A MAIO DE 2020



*Municípios que apresentaram desmatamento recorde da série histórica (2010-2021)

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE MAIO (2010 A 2021)





ÁREAS PROTEGIDAS

Treze Unidades de Conservação (UC) e sete Terras Indígenas (TI) apresentaram desmatamento em maio de 2021. Entre as UCs, destacam-se as Florestas Nacionais (Flonas) do Bom Futuro e de Balata-Tufari, que aparecem em 8º e 10º lugares, respectivamente, no ranking das UCs com mais registros de desmatamento na Amazônia Legal. Entre as TIs, é importante destacar a TI Karipuna, que aparece em 6º lugar entre as que mais desmataram da Amazônia Legal. Essa TI faz fronteira com a área que foi excluída do Parque Estadual Guajará-Mirim, e se tornará um ponto de atenção do nosso monitoramento. Para mais informações sobre o desmatamento das Áreas Protegidas em maio de 2021, [clique aqui](#).

RETIRADA DA RESEX JACI-PARANÁ DOS MONITORAMENTOS DO OBR-319

10%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

32%

DAS 41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO



LISTA DE TIs MONITORADAS

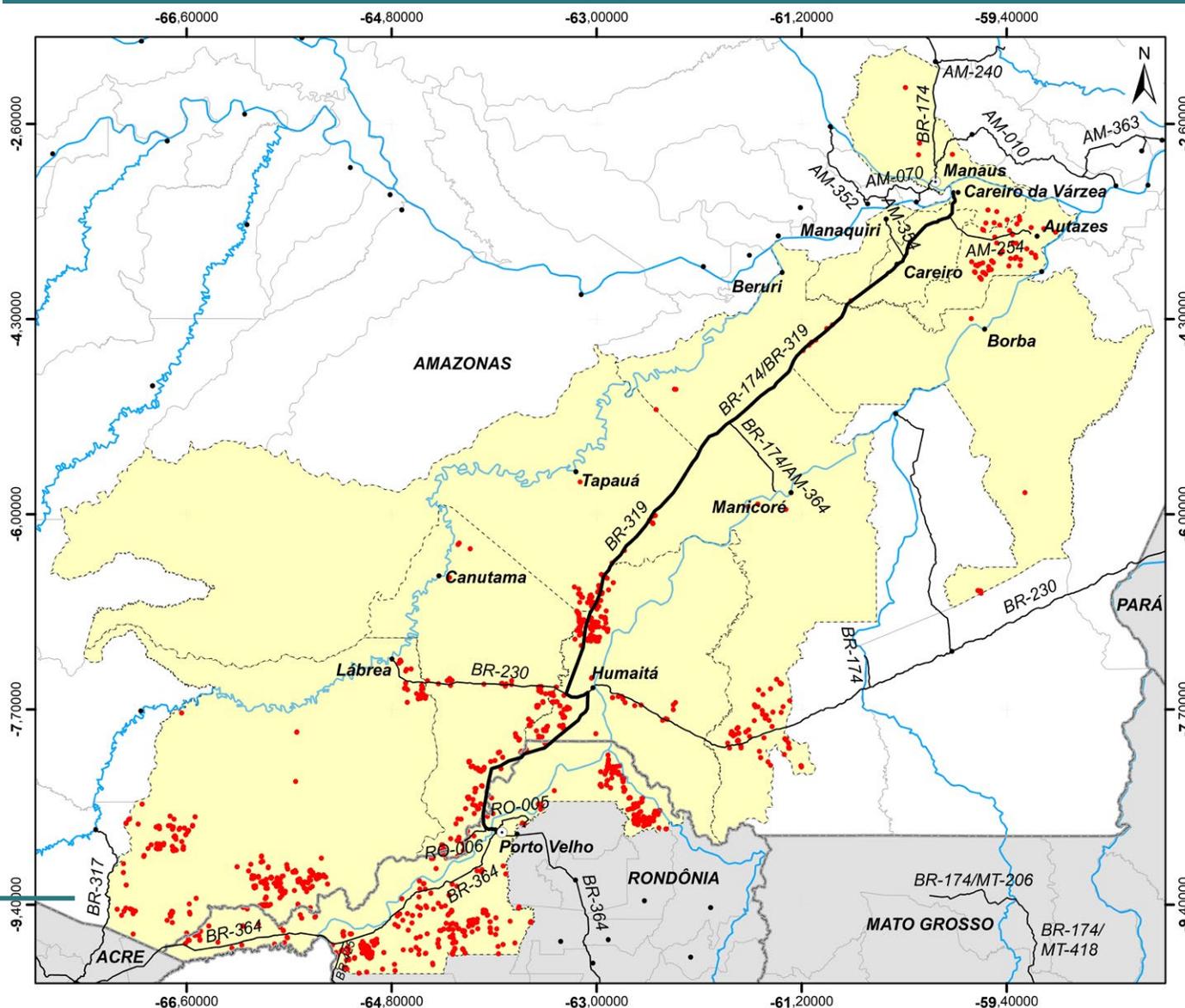


LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Maio 2021



Monitoramento de Covid-19

NOVOS CASOS

Entre os dias 15 de maio e 15 de junho deste ano, seis dos 13 municípios sob influência da BR-319 tiveram mais de 100 novos casos de Covid-19 (conforme a tabela).

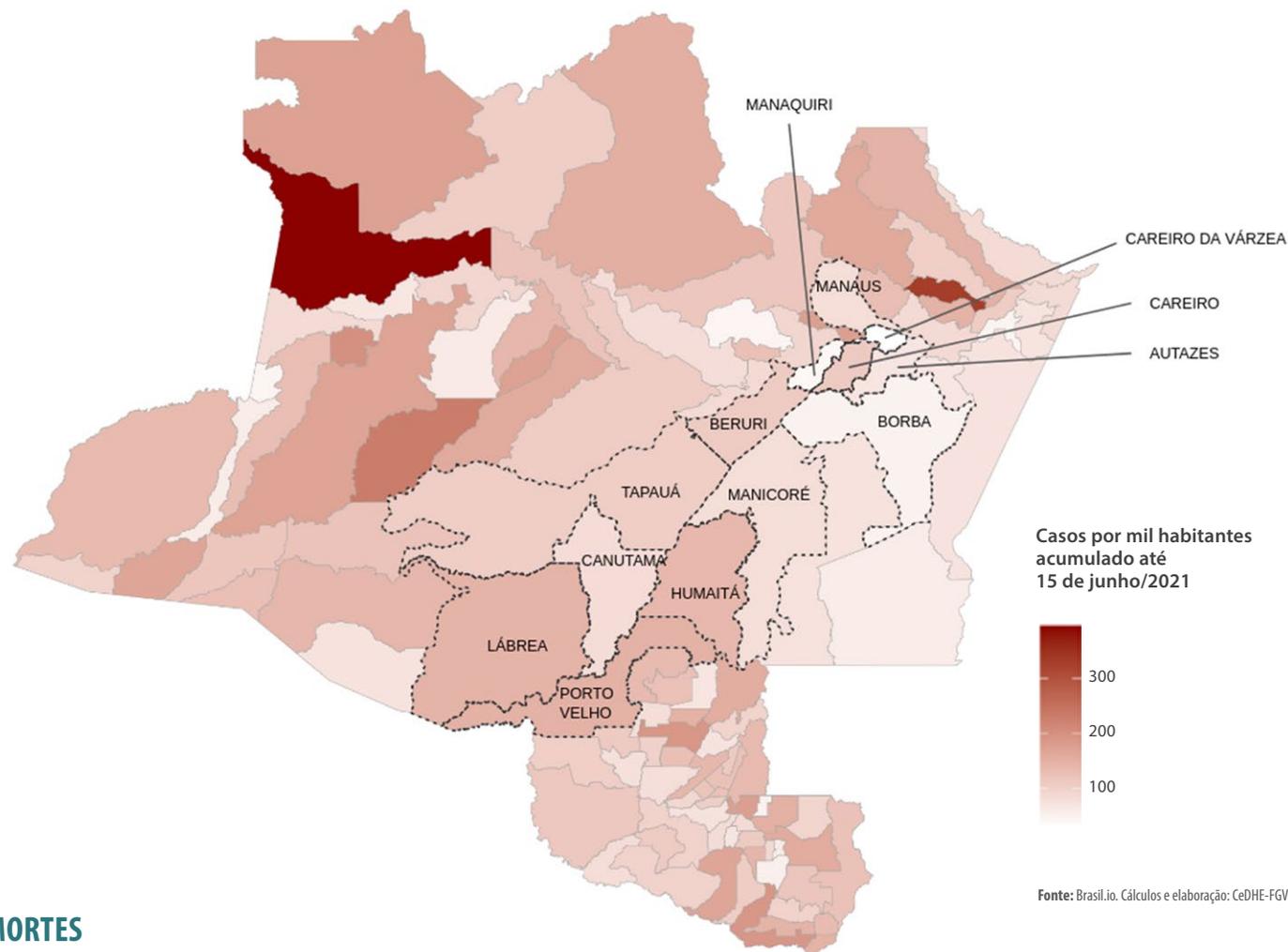
Borba foi o município com maior variação no número de casos, com um aumento registrado de 11,81% no número total de casos, o que corresponde a 228 novos casos no período.

MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 COM MAIS DE 100 NOVOS CASOS DE 15 DE MAIO A 15 DE JUNHO DE 2021

MUNICÍPIOS	NÚMERO DE CASOS NOVOS
Manaus	8.593
Porto Velho	4.757
Humaitá	315
Lábrea	294
Borba	228
Manicoré	116

Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

Mapa das áreas com casos de Covid-19 nos 13 municípios da influência da BR-319 - Acumulado até 15 de junho/2021.



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

MORTES

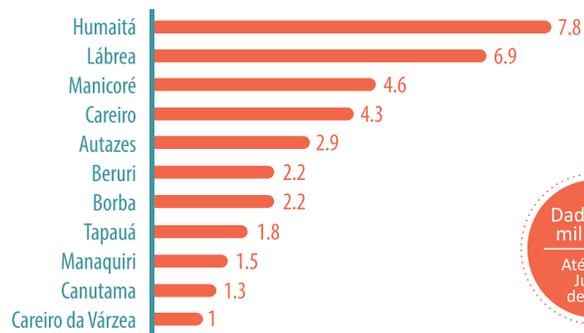
Do dia 15 de maio a 15 de junho, foram registradas 321 mortes por Covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319, totalizando cerca de 11,9 mil mortes desde o início da pandemia. Não houve mortes apenas em Canutama e Tapauá, do dia 15 de maio a 15 de junho. No interior, Manicoré e Humaitá foram os dois municípios com o maior número de mortes. Nas capitais, foram registradas 189 mortes em Manaus e 95 em Porto Velho.



A VARIANTE LAMBDA

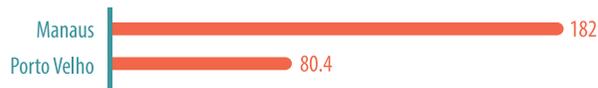
A variante lambda (ou C.37) do novo coronavírus, originária no Peru, foi identificada no Brasil. Ainda não há indícios de que esta variante seja mais agressiva, mas há a possibilidade de que seja mais contagiosa. Outra preocupação de países da América Latina é a variante B.1.621, que se alastra na Colômbia. Especial cuidado deve ser tomado em relação a essas novas variantes na região amazônica, tendo em vista os pontos de ligação fronteiriça entre os países. Especialistas indicam que a vacinação é ainda a melhor forma de se prevenir contra a Covid-19, em suas diferentes variantes. [\(Leia mais no portal da DW\)](#)

13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



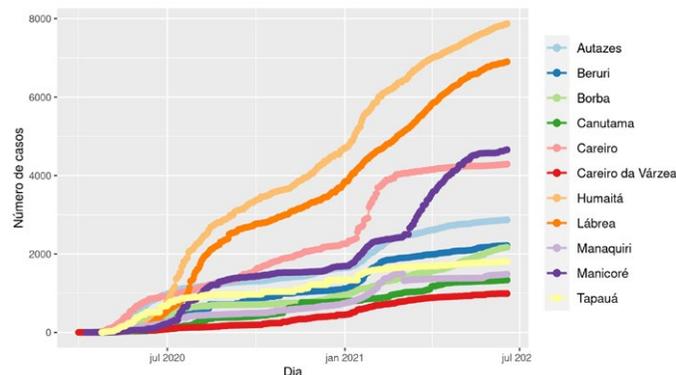
Dados por mil casos
Até 15 de Junho de 2021

CAPITAIS DA INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



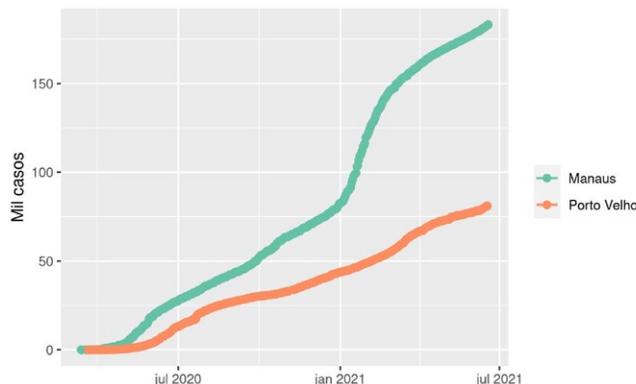
Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

CRESCIMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Brasil.io. Elaboração: CeDHE-FGV.

CRESCIMENTO NAS CAPITAIS DA INFLUÊNCIA DA BR-319



Fonte: Brasil.io. Elaboração: CeDHE-FGV.



CLIQUE AQUI E ACOMPANHE A VACINAÇÃO EM CADA ESTADO



NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- Plataforma oficial do Governo Federal
- Painel Conass Covid-19



NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas



NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a Covid-19



NESTA EDIÇÃO

Ciência

Foto: Marizilda Cruppe / Amazon Watch / Amazonia Real



“A legislação, no papel, não evita o desmatamento na Amazônia”

Por **Guilherme Mataveli**

Iniciativas para integrar a Amazônia ao território brasileiro, por meio da expansão da malha rodoviária, são necessárias.

Estas são comumente associadas ao aumento de empregos, diminuição do custo de transportes e desenvolvimento regional. No entanto, a ausência de um planejamento ambiental estratégico, seguindo princípios básicos da conservação e do desenvolvimento sustentável, pode colocar em risco a efetividade de tais iniciativas, sobretudo o funcionamento da floresta amazônica. Isto ocorre porque a facilidade de acesso é um fator indutor do desmatamento.

Até 2025, mais de 12 mil quilômetros de estradas devem ser construídos ou revitalizados na Bacia Amazônica. A maioria destes projetos carece de um planejamento ambiental rigoroso, ou mesmo de justificativas econômicas básicas. Estes tenderão potencializar as já elevadas taxas de desmatamento na Amazônia. Um destes projetos é a pavimentação da BR-319, a única rodovia que liga Manaus (AM) a Porto Velho (RO).



Guilherme Mataveli

Foto: Guilherme Mataveli / Arquivo Pessoal

Este projeto é controverso. Não foram avaliados, até o momento, os potenciais efeitos dessa pavimentação em uma das partes mais preservadas da rodovia, o “Lote C”, impedindo a aplicação de medidas de salvaguarda para proteger seus inestimáveis recursos naturais. Estas medidas são importantes, pois propõem ações mitigadoras dos potenciais impactos ambientais e, assim, garantem o uso sustentável dos recursos naturais.

O simples ato de comunicar a intenção de pavimentar a BR-319, com as inconsistências presentes neste projeto, foi o suficiente para potencializar a consolidação do desmatamento na região, que abriga 63 terras indígenas e outras áreas protegidas, como um epicentro de desmatamento. Os alertas de desmatamento e os focos de calor na área de influência direta da BR-319 tiveram um aumento expressivo após a divulgação das licitações para a sua pavimentação.

Apesar de favorecer algumas poucas comunidades locais, o legado destas iniciativas, sem um planejamento robusto de longo prazo, é controverso já que acarreta na fragmentação da floresta, a formação de epicentros de desmatamento e favorecem a especulação imobiliária irregular na já agonizante floresta amazônica.

Ter leis ambientais não é suficiente para conter o desmatamento na Amazônia. Ações complementares englobam uma efetiva fiscalização ambiental, a promoção de ações de conscientização e educação ambiental, a identificação e responsabilização de desmatadores ilegais e a regularização fundiária baseada na legislação.

Cabe a nós, moradores, amantes e dependentes da Amazônia, sermos porta-vozes deste patrimônio mundial e lutar para garantir sua preservação.

Guilherme Mataveli é geógrafo, mestre em Sensoriamento Remoto e Doutor em Geografia Física. Atualmente é pesquisador de pós-doutorado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e autor do artigo [*The emergence of a new deforestation hotspot in Amazonia*](#).



Aniversário de 4 anos do Observatório BR-319



Quatro anos de trabalho por uma BR-319 com governança, justa e transparente

O Observatório BR-319 foi criado em julho de 2017 com a união de oito organizações por um processo de reconstrução da rodovia mais justo e transparente. Desde então, elas lutam para que medidas prévias mínimas sejam implementadas com o objetivo de garantir a governança, o ordenamento territorial e a gestão ambiental na região.

Quem faz o OBR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

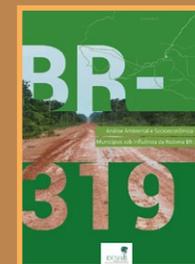


Informações on-line e na palma da mão

O Observatório BR-319 está à disposição da população e de todos os interessados em qualquer assunto pertinente à rodovia. O nosso objetivo é tornar as informações acessíveis e de fácil entendimento. Qualquer pessoa pode acessar o site <http://www.observatoriobr319.org.br/>, que dispõe de diversas informações sobre a rodovia ou entrar em contato através da linha direta pelo Whatsapp (92) 98197-0012.

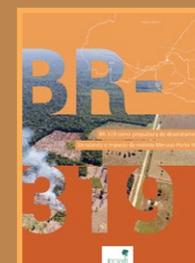
Estudos

Os estudos são publicações técnicas que podem contribuir para o ordenamento territorial e a gestão ambiental na região da rodovia.



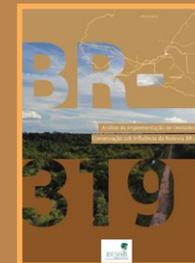
Análise Ambiental e Socioeconômica dos Municípios sob Influência da Rodovia BR-319

Clique e Baixe o PDF



BR-319 - como propulsora de desmatamento: simulando o impacto da rodovia

Clique e Baixe o PDF



Análise da implementação de Unidades de Conservação sob influência da BR-319

Clique e Baixe o PDF



Histórias da BR-319

Série de vídeos que conta a histórias de pessoas que, de alguma forma, fizeram da BR-319 sua morada. Cada vida, uma diferente caminhada.



ASSISTA AOS VÍDEOS

CLIQUE AQUI E CONFIRA



Linha do Tempo

É onde você conhece de forma rápida e prática todos os acontecimentos sobre a rodovia, tem acesso a documentos, estudos ambientais e demais ações.

Comunicação direcionada

O Informativo do Observatório BR-319 é uma publicação mensal, direcionada aos moradores da região, que já está na sua 20ª edição, com mais de 70 pessoas entrevistadas de todos os municípios da influência da BR-319 e outros estados do Brasil, além de muita informação.

VER TODAS EDIÇÕES



Em números

O OBR-319 monitora 13 municípios na área de abrangência da rodovia. Juntos, eles abrangem 39.592.590 ha, sendo 88% cobertos por florestas nativas.



13 MUNICÍPIOS MONITORADOS

- Autazes
- Beruri
- Borba
- Canutama
- Careiro
- Careiro da Várzea
- Humaitá
- Lábrea
- Manaquiri
- Manaus
- Manicoré
- Porto Velho
- Tapauá

41 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

69 TERRAS INDÍGENAS

18 POVOS

Áreas protegidas: UCs e TIs
63% (25.100.000 ha)

Unidades de conservação (UCs) representam
34% (13.400.000 ha)
das quais cerca de 9.200.000 ha são unidades de conservação federais e 4.200.000 ha são estaduais.



Minuto BR

CÂMARA

A pedido do deputado Sidney Leite (PSD-AM), a Câmara dos Deputados realizou no último dia 23 de junho a audiência pública “Conclusão da BR-319”, no âmbito da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia. A justificativa do parlamentar foi de que “é preciso desatar os nós existentes em torno da conclusão da BR 319, facilitar o diálogo e superar os desafios para finalizar essa importante via”. No entanto, nenhum representante da sociedade civil ou das populações indígenas impactadas pela obra foram convidados para participar do debate. A novidade veio do General Antônio Leite dos Santos Filho, diretor-geral do Dnit, que disse que o órgão enviaria as complementações do EIA/RIMA, solicitadas pelo Ibama de fevereiro, ainda no mês de junho.



ASSISTA AO VÍDEO

TRECHO C

Com imagens de tratores e caminhões em movimento, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Filho, anunciou em seu perfil no Twitter o início das obras do Trecho C da BR-319. “Aparentemente, apenas mais uma mobilização de obra. Mas esta é especial. É a mobilização para o início dos trabalhos de pavimentação da BR-319/AM, os primeiros 52 km. Obra com governança ambiental que vai se tornar referência de infraestrutura com sustentabilidade”, escreveu Tarcísio na rede social. A iniciativa foi comemorada por parlamentares do AM e representantes da sociedade civil.



CLIQUE AQUI

EMERGÊNCIA

O governador do Amazonas, Wilson Lima (PSC), decretou situação de emergência ambiental na Região Metropolitana de Manaus e nos municípios da região Sul do estado. A medida considera os aumentos nos índices de desmatamento mesmo na pandemia de Covid-19 e a aproximação do período de estiagem, que tende a registrar alto número de queimadas.



CLIQUE AQUI



Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam);

Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Eliana Lins Morandi (CeDHE-FGV)

Revisão // Angélica Mendes (WWF-Brasil); Clarissa Beretz (IIEB); Fernanda Meirelles (Idesam);

Guillermo Estupinan (WCS Brasil); Carlos Durigan (WCS Brasil); Paula Carolina Paes Guarido

(Idesam); e Thiago Marinho (Idesam).

Coordenação de Divulgação // Samuel Simões Neto (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmento (SS Design)

www.observatoriobr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



IEB
INSTITUTO INTERNACIONAL
DE EDUCAÇÃO DO BRASIL

